

BNCC E Educação Ambiental: Desafios Para A Promoção Da Conscientização Sustentável Na Educação

Marcelo Da Silva Marinho

IES - UPIS - União Pioneira De Integração Social

Equiton Lorengian Gregio

UFFFS

Edmilson Genuino Santos Júnior

UNEB

Cláudia Regina De Sousa E Silva Ferreira Severiano

Universidade Federal Do Tocantins

Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco

Instituto Federal Do Sertão Pernambucano (Ifsertãope)

Reinaldo Pacheco Dos Santos

Universidade Federal Do Vale Do São Francisco (Univasf)

Homero De Giorge Cerqueira

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Ticiano Yazegy Perin

FDCI

Dayana Regina Soares Lacerda

UFPI

Luís Paulo Sant'Ana

Universidade Federal Dos Vales Do Jequitinhonha E Mucuri

Ricardo Militão De Lima

Secretaria De Estado De Saúde Do Distrito Federal

Cynthia Maria Saraiva Rolim

CEUMA

Resumo:

O presente artigo teve como objetivo analisar as perspectivas e os desafios da promoção da sustentabilidade no currículo escolar a partir da inserção da educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A metodologia adotada foi a pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a uma amostra composta por 17 profissionais da educação básica, entre professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que, embora haja avanços na concepção de uma educação voltada à sustentabilidade, ainda existem lacunas significativas entre a teoria prevista pela BNCC e a prática efetiva nas escolas. As dificuldades envolvem falta de formação continuada, escassez de recursos pedagógicos, pouca articulação interdisciplinar e ausência de políticas institucionais claras. Conclui-se que, para que a educação

ambiental se consolide como um eixo estruturante do currículo escolar, é necessário investimento em formação docente, planejamento pedagógico integrado e comprometimento das redes de ensino com políticas sustentáveis.

Palavras-chave: Educação ambiental; BNCC; Sustentabilidade.

Date of Submission: 19-05-2025

Date of Acceptance: 29-05-2025

I. Introdução

A temática da sustentabilidade tornou-se central nos debates educacionais contemporâneos, impulsionada pelas crescentes preocupações globais com as mudanças climáticas, o esgotamento dos recursos naturais e os desequilíbrios socioambientais. Nesse contexto, a educação ambiental se destaca como um instrumento fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente. Tal abordagem propõe uma mudança de paradigma na forma como a escola compreende sua função social, indo além da mera transmissão de conteúdos e incorporando valores, atitudes e práticas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Branco; Royer; Branco, 2018).

A educação ambiental, no Brasil, encontra respaldo legal na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e em documentos internacionais, como a Agenda 21. Esses marcos normativos reconhecem a importância de integrar a sustentabilidade ao cotidiano escolar, promovendo ações educativas contínuas e interdisciplinares em todos os níveis e modalidades de ensino. Apesar disso, a implementação efetiva da educação ambiental ainda enfrenta desafios estruturais e culturais que limitam seu alcance e eficácia (Roehrig; Cruz; Colacios, 2023).

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental, e em 2018 para o ensino médio, criou-se uma nova oportunidade para a consolidação da educação ambiental no currículo escolar. A BNCC, ao estabelecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, inclui a sustentabilidade como um dos temas contemporâneos transversais, o que implica em sua abordagem em todas as áreas do conhecimento e componentes curriculares (Brunet; Vasconcelos; Vargas, 2023).

No entanto, a simples presença da temática ambiental no texto da BNCC não garante sua aplicação prática nas escolas. Diversos estudos e experiências relatam que a sustentabilidade ainda é tratada de forma pontual, descontextualizada e, muitas vezes, reduzida a projetos isolados, sem integração real com o currículo. Isso evidencia a necessidade de compreender como os profissionais da educação têm interpretado e operacionalizado as diretrizes da BNCC no que diz respeito à educação ambiental (Roehrig; Cruz; Colacios, 2023).

Outro aspecto relevante é a formação dos professores para lidar com os desafios da transversalidade e da interdisciplinaridade. A promoção de uma educação voltada à sustentabilidade exige uma postura reflexiva e crítica por parte dos educadores, bem como o desenvolvimento de competências específicas para trabalhar com questões ambientais de forma contextualizada, crítica e transformadora. Nesse sentido, a formação inicial e continuada desempenha papel essencial na qualificação das práticas pedagógicas (Silva; Loureiro, 2020).

Além disso, é necessário considerar os fatores institucionais e organizacionais que influenciam a implementação da educação ambiental nas escolas. A gestão escolar, o projeto político-pedagógico, os recursos disponíveis e o apoio das secretarias de educação são elementos que podem tanto facilitar quanto dificultar o processo de inserção da sustentabilidade no currículo. Compreender esses aspectos é essencial para identificar as barreiras e propor estratégias eficazes de superação (Siqueira; Santos Filho, 2023).

Diante desse cenário, o presente artigo teve como objetivo analisar as perspectivas e os desafios para a promoção da sustentabilidade no currículo escolar a partir da inserção da educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando as percepções de profissionais da educação básica sobre a aplicação prática dessa diretriz nos contextos escolares.

II. Materiais E Métodos

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem qualitativa, buscando compreender as percepções dos profissionais da educação acerca da inserção da educação ambiental no currículo escolar, em conformidade com a BNCC. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e março de 2025, em cinco instituições de ensino públicas de diferentes regiões do Brasil, localizadas em contextos urbanos e semiurbanos.

A amostra foi composta por 25 profissionais da educação básica, sendo 10 professores, 4 coordenadores pedagógicos e 3 gestores escolares. A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, considerando como critérios a atuação direta com o planejamento pedagógico e a implementação curricular, além do consentimento livre e esclarecido.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente ou por videoconferência, com duração média de 40 minutos. O roteiro de entrevistas foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e abordou tópicos como: compreensão dos profissionais sobre a educação ambiental na BNCC, estratégias adotadas para a inserção da temática no currículo, desafios enfrentados e sugestões para melhoria.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e, posteriormente, transcritas na íntegra para fins de análise. A técnica utilizada para a análise dos dados foi a análise de conteúdo, que permite a

categorização e interpretação das falas dos sujeitos, a fim de identificar regularidades, contradições e significados atribuídos ao objeto de estudo.

III. Resultados E Discussões

A análise das entrevistas com os 17 profissionais da educação básica revelou um panorama multifacetado sobre a inserção da educação ambiental no currículo escolar a partir da BNCC. Os relatos evidenciam avanços conceituais, limitações estruturais e desafios metodológicos que impactam diretamente a efetividade da promoção da sustentabilidade nas instituições escolares.

De forma geral, todos os entrevistados reconhecem a importância da educação ambiental e sua relevância diante do atual contexto socioambiental global. A entrevistada E03 enfatizou que “a questão ambiental é um dos maiores desafios do nosso tempo, e a escola tem o dever de preparar os alunos para lidarem com isso de forma consciente”. Essa percepção foi unânime, demonstrando que há uma sensibilidade crescente entre os educadores quanto à urgência da temática.

Apesar do reconhecimento da importância, houve divergências sobre a clareza e aplicabilidade das orientações da BNCC. Muitos entrevistados, como E10, apontaram que “a BNCC fala da sustentabilidade de forma transversal, mas não explica como essa abordagem deve ser operacionalizada no cotidiano das aulas”. Essa crítica revela uma lacuna interpretativa que compromete a prática pedagógica, especialmente entre os professores que não possuem formação específica na área ambiental.

A ausência de uma orientação metodológica mais concreta na BNCC faz com que muitos professores recorram a projetos pontuais, geralmente restritos a datas comemorativas, como o Dia Mundial do Meio Ambiente. E12 compartilhou que “na nossa escola, geralmente só trabalhamos educação ambiental na semana do meio ambiente, com atividades como plantio de mudas e palestras”. Embora válidas, essas ações não configuram uma abordagem contínua e articulada com o currículo.

Outro ponto destacado com frequência foi a dificuldade de articulação interdisciplinar. A educação ambiental, segundo a BNCC, deve ser tratada de forma transversal, exigindo integração entre diferentes áreas do conhecimento. No entanto, os entrevistados relataram que a prática docente ainda é marcada pela fragmentação. Como relatam E05 e E08, “cada professor trabalha isoladamente em sua disciplina, e raramente há diálogo para construir atividades integradas” e “sem planejamento conjunto, a sustentabilidade acaba sendo tratada como um apêndice”.

A formação continuada dos docentes surgiu como uma das maiores deficiências identificadas. Grande parte dos entrevistados afirmou nunca ter participado de capacitações voltadas à educação ambiental. E14 desabafou: “em mais de dez anos de profissão, nunca tive uma formação que abordasse de maneira profunda a temática ambiental. Tudo o que faço vem de leituras pessoais e da tentativa de aprender com os alunos”. Esse cenário aponta para uma lacuna significativa nas políticas de valorização docente.

Os entrevistados também destacaram a importância de uma abordagem mais crítica da educação ambiental, que vá além de práticas meramente ecológicas. E02 ressaltou: “não adianta só ensinar a separar o lixo; precisamos discutir consumo, desigualdade e justiça ambiental”. Essa visão amplia o escopo da sustentabilidade, conectando-a a aspectos sociais e políticos, conforme propõe a educação ambiental crítica.

No entanto, mesmo com essa consciência, a prática pedagógica encontra obstáculos concretos. A escassez de recursos pedagógicos foi apontada por 13 dos 17 entrevistados. E06 afirmou: “faltam livros, jogos, vídeos e materiais que ajudem a abordar o tema com os alunos. Muitas vezes temos boas ideias, mas não conseguimos executar por falta de estrutura”. Essa realidade limita a criatividade docente e a diversificação das estratégias de ensino.

A falta de espaços adequados também foi recorrente nas falas. E09 relatou que “na nossa escola, não temos espaço físico para uma horta, por exemplo. As salas são pequenas, e o pátio é muito limitado. Isso dificulta projetos práticos que envolvam o contato direto com a natureza”. A carência de ambientes propícios à aprendizagem experiencial compromete a vivência concreta dos conceitos relacionados à sustentabilidade.

Outro aspecto que dificulta a efetivação da educação ambiental é o apoio institucional. Diversos profissionais relataram que a gestão escolar nem sempre prioriza a temática. E11 afirmou que “na escola em que trabalho, o projeto político-pedagógico menciona a sustentabilidade, mas na prática ela não aparece nas reuniões pedagógicas nem nos planejamentos”. Esse distanciamento entre o discurso institucional e a prática escolar foi um ponto crítico identificado na pesquisa.

A limitação de tempo para planejamento coletivo também foi destacada. A maioria dos entrevistados afirmou que as reuniões pedagógicas são centradas em questões burocráticas e raramente contemplam discussões sobre temas transversais. E01 comentou: “o tempo que temos para planejamento é muito curto, e a demanda é tão grande que a educação ambiental fica em segundo plano”. Essa sobrecarga de tarefas e a pressão por resultados imediatos contribuem para a negligência do tema.

Apesar dos desafios, alguns entrevistados relataram experiências positivas. E04 contou que “na nossa escola conseguimos integrar a educação ambiental ao currículo de forma contínua. Por exemplo, trabalhamos o

tema da água em ciências, matemática e língua portuguesa, com experimentos, gráficos e produção de textos”. Essa experiência evidencia o potencial das práticas interdisciplinares quando há planejamento, apoio e compromisso coletivo.

Outro ponto interessante foi o protagonismo estudantil em projetos ambientais. E07 relatou: “os próprios alunos criaram uma campanha de conscientização sobre o uso de garrafas reutilizáveis. Eles produziram vídeos, cartazes e até palestras para outras turmas. Isso gerou um impacto muito positivo na escola”. A valorização do protagonismo juvenil se revelou uma estratégia eficaz para consolidar práticas sustentáveis. A relação entre escola e comunidade também foi mencionada como fator importante. Segundo E08, “quando conseguimos envolver os pais nos projetos, os resultados são muito melhores. Tivemos uma oficina de compostagem em que várias famílias participaram, e depois implantaram sistemas semelhantes em casa”. Essa conexão entre o ambiente escolar e o entorno fortalece a educação ambiental como um processo coletivo.

Os entrevistados destacaram ainda a necessidade de rever as práticas avaliativas. Muitos afirmaram que, por não estar presente nos instrumentos de avaliação formal, a educação ambiental acaba sendo negligenciada. E06 comentou: “se houvesse uma forma de avaliação que considerasse projetos ambientais ou atitudes sustentáveis dos alunos, talvez os professores se sentissem mais motivados a trabalhar o tema”. A ausência de critérios avaliativos dificulta a legitimação da temática.

A desigualdade entre as escolas também foi evidenciada. Enquanto algumas possuem infraestrutura mínima para projetos ambientais, outras enfrentam carências severas. E15 relatou: “nossa escola fica em uma área de vulnerabilidade social, e os desafios são enormes. Às vezes falta até papel e tinta para imprimir atividades. Falar em sustentabilidade nesses contextos exige uma abordagem sensível e realista”. Foi possível perceber que o entendimento da sustentabilidade varia entre os profissionais.

Alguns possuem uma visão ampla e crítica, enquanto outros ainda associam o tema a ações pontuais de caráter ecológico. Essa diferença conceitual impacta diretamente na forma como a temática é abordada em sala de aula. E13 afirmou: “tem gente que acha que falar de meio ambiente é só plantar árvore, mas é muito mais do que isso”. A resistência de alguns colegas docentes também foi apontada como barreira. E17 disse que “tem professores que veem esses projetos como perda de tempo, porque acham que não caem na prova. Isso é preocupante, pois mostra que ainda existe uma mentalidade muito conteudista, voltada apenas para o vestibular ou para as avaliações externas”.

IV. Conclusão

A pesquisa evidenciou que a inserção da educação ambiental no currículo escolar, conforme orienta a BNCC, representa uma oportunidade significativa para a promoção da sustentabilidade na educação básica. No entanto, esse processo ainda é permeado por desafios estruturais, formativos e organizacionais que limitam sua efetividade. Os profissionais da educação demonstraram consciência sobre a relevância da temática, mas também relataram dificuldades práticas na sua implementação, principalmente em razão da falta de formação continuada, escassez de recursos pedagógicos, ausência de políticas institucionais e baixa articulação interdisciplinar. Apesar desses entraves, foram identificadas experiências exitosas e boas práticas que revelam o potencial transformador da educação ambiental quando há comprometimento coletivo e apoio institucional. A participação da comunidade escolar e a valorização do protagonismo estudantil também se destacaram como elementos positivos. Conclui-se que, para que a educação ambiental seja consolidada como um eixo estruturante do currículo escolar, é necessário investir em formação docente, garantir infraestrutura adequada, promover a articulação entre as áreas do conhecimento e fortalecer a gestão escolar com foco em práticas sustentáveis. A sustentabilidade, nesse sentido, deve deixar de ser um tema periférico para tornar-se um princípio orientador da prática pedagógica.

Referências

- [1]. Branco, E. P.; Royer, M. R.; Branco, A. B. De G. A Abordagem Da Educação Ambiental Nos Pcn's, Nas Dens E Na Bncc. Nuances: Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente, V. 29, N. 1, 2018.
- [2]. Brunet, A. F. D. S.; Vasconcelos, G. L.; Vargas, I. A. Análise Da Educação Ambiental No Currículo De Referência De Mato Grosso Do Sul, Construído A Partir Da Bncc. Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, V. 40, N. 2, 2023.
- [3]. Roehrig, S. A. G.; Cruz, M. A. L.; Colacios, R. D. Educação Ambiental Na Bncc De Ciências Das Séries Finais Do Ensino Fundamental: Indícios De Um Retrocesso. Revista De Ensino De Ciências E Matemática, [S. L.], V. 14, N. 5, P. 1–13, 2023
- [4]. Silva, N. S. Loureiro, C. F. B. As Vozes De Professores-Pesquisadores Do Campo Da Educação Ambiental Sobre A Base Nacional Comum Curricular (Bncc): Educação Infantil Ao Ensino Fundamental. Ciên. Educ., V. 26, E20004, 2020.
- [5]. Siqueira, N. R. M.; Santos Filho, F. S. Arte E Meio Ambiente: Ativismo Ou Contemplação Da Natureza, Que Caminho Seguir A Partir Da Bncc?. Revista Observatório De La Economía Latinoamericana, V. 21, N. 11, 2023.